



238 37 m

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

RECURSO DE AGRAVO Nº - 184647-5/02

RECORRENTE: FUNAPE-Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco e FUNAFIN - Fundo Financeiro de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

RECORRIDO: Amara da Silva Siqueira e outros

RELATOR: Des. João Bosco Gouveia de Melo

ÓRGÃO JULGADOR: Sétima Câmara Cível

SUMX
- R -

EMENTA - DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PRECEDENTES UNÂNIMES DOS TRIBUNAIS. RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.

1. Constata-se a interposição de recurso contra decisão terminativa cujo seguimento foi-lhe negado, pela sua improcedência.
2. Com a inexistência de fato novo relevante, a simples rediscussão da matéria foge a alçada do recurso intentado, a jurisprudência é uníssona não albergando a recorribilidade das decisões já apreciadas fora do recurso específico para tal. Manifestam-se neste sentido tanto o Tribunal local como os Tribunais Superiores.
3. Recurso de agravo conhecido e improvido à unanimidade.
- OPJ



239 38 m

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do recurso de agravo nº 0184647-5/02, figurando como recorrente a **FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco e FUNAFIN - Fundo Financeiro de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco** e como recorrida **Amara da Silva Siqueira e outros**; acordam os Desembargadores que compõem a SÉTIMA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao presente recurso de agravo, tudo conforme o relatório, votos e notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado

Recife, 15 de 12 de 2009.


Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Relator - Presidente -



240 39 m

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

RECURSO DE AGRAVO Nº - 184647-5/02

RECORRENTE: FUNAPE-Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco e FUNAFIN - Fundo Financeiro de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

RECORRIDO: Amara da Silva Siqueira outros

RELATOR: Des. João Bosco Gouveia de Melo

ÓRGÃO JULGADOR: Sétima Câmara Cível

RELATÓRIO

Os Recorrentes ingressaram com o presente recurso de agravo (fls. 02/25) em oposição à decisão terminativa na apelação cível que negou-lhe seguimento por estar improcedente com a jurisprudência dominante do Tribunal Superior, bem como ao Regimento Interno deste Tribunal.

Expõe de forma reiterada, sumariamente os mesmos argumentos trazidos na Apelação anteriormente julgada, ou seja, a sua insatisfação em ter que restituir aos recorridos os valores descontados indevidamente de seus vencimentos, a título de contribuição previdenciária.

Reporta-se no seu pedido final, ao provimento do presente recurso de agravo, no sentido de rever a decisão ora agravada, reformando-a integralmente, e, julgar improcedente a demanda.

É o relatório.

Recife, 15 de 12 de 2009.


Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Relator -



241 40
mm

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

RECURSO DE AGRAVO Nº - 184647-5/02

RECORRENTE: FUNAPE-Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco e FUNAFIN – Fundo Financeiro de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

RECORRIDO: Amara da Silva Siqueira e outros

RELATOR: Des. João Bosco Gouveia de Melo

ÓRGÃO JULGADOR: Sétima Câmara Cível

VOTO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto contra decisão terminativa que em sede de Apelação Cível negou-lhe seguimento por se encontrar em manifesto confronto com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Por meio da via recursal eleita, requer o agravante a retratação do teor da decisão vergastada, para provimento do apelo interposto, ou, reconhecendo a incorreção, sua apresentação em mesa para julgamento.

O presente recurso encontra-se com os requisitos legais e foi interposto tempestivamente.

Passo a analisar.

Constata-se de logo a rediscussão e inconformismo dos fundamentos já avaliados, não se afigurando como fato novo, passíveis de modificação no julgado.

É o que se depreende do acórdão a seguir colacionado:



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

242 41 m

"EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO MONOCRÁTICA TERMINATIVA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO APELO. «RECURSO» DE «AGRAVO». MERA REPETIÇÃO DE ARGUMENTOS DANTES VENTILADOS NA PRIMEIRA PEÇA RECURSAL. PRETENSÃO DE REDISCUTIR OS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. IMPOSSIBILIDADE. ART. 512, CPC. DECISÃO TERMINATIVA PAUTADA EM JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE. «AGRAVO» LEGAL REJEITADO À UNANIMIDADE DE VOTOS. Uma vez que a decisão monocrática terminativa proferida neste juízo 'ad quem' substituiu, nos termos do art. 512, CPC, a sentença emanada naquele juízo de 1º grau, resta naturalmente prejudicado o exame de preliminar voltada à «rediscussão» da sentença. No mérito, a mera irresignação do recorrente, demonstrada na simples repetição dos termos e fundamentos já constantes em sua peça de apelo, sem qualquer referência a fato novo relevante, não tem o condão de modificar o julgado combatido, inclusive porque referendado pela jurisprudência dominante de nossos Tribunais sobre a «matéria», não sendo demais ressaltar, por outro lado, o caráter inusitado e inovador da pretensão meritória formulada neste «recurso». «Agravo» legal que se nega provimento à unanimidade de votos". (grifos acrescidos)

OL

(Recurso de Agravo nº 154179-3/01. Rel. Des. LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO. Órgão Julgador: 7ª Câmara Cível TJPE. Data do Julgamento 27.11.07 Publicação nº 227)

Explicitamente o recurso em tela, não merece acolhimento, eis a latente rediscussão da matéria, inaceitável em sede de recurso de agravo.

243 42
mm



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

Posto isso, **VOTO** pelo não provimento do presente recurso de agravo, mantendo incólume à decisão terminativa prolatada nos autos do Recurso de Apelação nº 0184647-5/02.

Recife, 15 de 12 de 2009.


Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

- Relator -